

# **O IMPERIALISMO ATENIENSE DURANTE A GUERRA DO PELOPONESO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

Lucas Pereira Antunes

## **RESUMO**

Neste artigo, iremos explorar e debater as principais análises realizadas acerca do caráter imperialista de Atenas, principalmente durante o período da chamada Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) e buscar formular qual tipo de imperialismo esta teria, de alguma forma, exercido.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Imperialismo, Guerra do Peloponeso, Atenas

## **ABSTRACT**

In this article we will explore and discuss the main analysis performed on the imperialist character of Athens, especially during the period called the Peloponnesian War (431-404BC) and seek to formulate what kind of imperialism that would somehow exercised.

## **KEYWORDS**

Imperialism, the Peloponnesian War, Athens

O termo “imperialismo”, usado para definir a autoridade exercida por Atenas sobre seus aliados da Liga de Delos, remete a conceitos alheios à língua grega. O que inicialmente uniu os gregos em torno de Atenas logo depois da segunda guerra contra os persas foi uma *symmachia*<sup>1</sup>, uma aliança militar, destinada a garantir sua defesa comum contra novas invasões persas. Mas uma aliança militar tinha necessidade de um líder, de um *hegemon*, e é o termo *hegemonia*, que Tucídides usa para definir a autoridade que os aliados (*hoi summachoi*<sup>2</sup>) delegam aos atenienses:

Exercendo primeiro hegemonia sobre aliados autônomos e participantes nas deliberações das assembleias comuns, os atenienses, no intervalo entre esta guerra e a persa, empreenderam, tanto na guerra quanto na administração dos negócios públicos, as ações relatadas a seguir, dirigidas contra o bárbaro, contra seus próprios aliados quando tentavam revoltar-se, e contra os peloponésios, que sempre entravam em conflito com eles no curso das ações (TUCÍDIDES, I. 97)

Mas Tucídides acrescenta que o poder de Atenas não parou de crescer. Foi por isso que ele introduziu em sua exposição das origens da Guerra do Peloponeso uma digressão para mostrar como os acontecimentos desses cinquenta anos iriam transformar a hegemonia de Atenas em *arkhé*<sup>3</sup>, em dominação sobre os aliados, que tendiam cada vez mais a se tornar subordinados. Ora, antes mesmo de entrar nos detalhes, Tucídides dá a explicação dessa transformação. Tendo salientado que a autoridade dos atenienses já não se exercia com a concordância de todos, ele acrescenta:

Ao mesmo tempo a narrativa de tais eventos serve para ilustrar a maneira pela qual foi estabelecido o império de Atenas (TUCÍDIDES, I. 97)

Será possível aplicar o conceito de “imperialismo” no Mundo Antigo? E mais especificamente, será possível aplicá-lo à política externa da pólis ateniense? Conforme discutido na Introdução desta pesquisa, o termo já recebeu tantas utilizações distintas que temos que tomar muito cuidado para não nos perdermos nelas. Entretanto, é necessário observar que a utilização de tal expressão no estudo das políticas de civilizações antigas não é recente.

A primeira vez em que apareceu uma publicação acadêmica acerca do imperialismo na Idade Antiga foi em 1910, no número 4 do Volume 24 da revista britânica *The Classical Review*, voltada para estudos de História, onde era feita uma

resenha sobre uma palestra ministrada em Oxford intitulada *Imperialism – Ancient and Modern*. Nesta palestra falaram quatro professores: Lord Cromer (sobre o imperialismo romano), E. R. Bevan e E. M. Walker (ambos sobre o imperialismo grego) e D. G. Hoghart (sobre a assimilação do imperialismo pelos povos conquistados). Essa palestra ocorreu devido ao lançamento do livro de Lord Cromer, no mesmo ano, chamado *Ancient and Modern Imperialism*, onde o autor compara os impérios romano e britânico.

Interessa-nos, todavia, citar rapidamente o que foi dito em relação ao imperialismo ateniense. E. R. Bevan defendeu a tese de que os gregos haviam criado um imperialismo “informal”, quase um imperialismo “liberal”, isto é, seus objetivos não eram o de anexar os territórios de seus vizinhos, pelo simples fato de que para os gregos não era interessante se misturarem com os “bárbaros”, os não-civilizados. Dessa forma, eles simplesmente pretendiam obter os recursos financeiros necessários para manter Atenas funcionando economicamente, e, claro, embelezando-a sempre que possível com novos monumentos. Para ele, quem era francamente imperialista, tanto no campo político e econômico quanto cultural, era Alexandre da Macedônia, por achar que esta era sua missão: “civilizar” o mundo, ou seja, torná-lo civilizado através da supremacia da cultura grega, criando uma monarquia universal (BEEVAN, 1910, p. 3)<sup>4</sup>.

Para o Reverendo E. M. Walker, porém, o termo imperialismo não faz nenhum sentido no contexto grego, e só serve para confundir realidades. O que não impede ninguém, como atenta o próprio Walker, de encontrar discursos e atos que demonstrem um sentimento de conquista imperial por parte de alguns demagogos (notadamente Péricles). Para Walker, entretanto, no dia em que as classes oligárquicas conseguissem tomar o poder dos demagogos, o império iria desfazer-se. Isto sempre esteve claro para os atenienses, e quando ocorreu (após a vitória da Liga do Peloponeso, defensora da oligarquia), a previsão foi cumprida (WALKER, 1910, p. 4)<sup>5</sup>.

Em resposta à Beevan e Walker, o Professor de Harvard William Scott Ferguson, em 1913, publicou seu livro *Greek Imperialism*, onde decidiu fazer uma análise da questão do imperialismo em todo o mundo helênico, de Atenas até a Dinastia Ptolomaica, sucessora do império macedônio no Egito. No capítulo 1 de sua obra, chamado “Imperialism and the City-State”, Ferguson rebate Walker e afirma que, embora os gregos sempre tivessem lutado contra dominações imperiais vindas de fora, a

liderança ateniense, que deveria ser temporária, sempre que possível recorreu a políticas imperialistas, e estas circunstâncias políticas passaram a ocorrer constantemente (FERGUSON, 2001, p. 16)<sup>6</sup>.

Isto quer dizer que, no fundo, nenhuma pólis iria assumir o comando para depois abandoná-lo. Daí o capítulo 2 do livro de Ferguson chamar-se “Athens: an Imperial Democracy”. Para o autor, o fato de ser uma democracia não faria com que Atenas abandona-se seu desejo imperial. *Igualdade entre seus cidadãos difere da igualdade entre todos os homens* (Ibidem, p. 39).

A verdade, para Ferguson, é que a democracia ateniense seria impossível sem o império marítimo ateniense. Os aliados foram objeto indispensável para os atenienses como os escravos, os artesãos e os comerciantes são para a república ideal de Platão. E nesse ponto, Ferguson nomeia Péricles como o maior responsável pela aceitação em Atenas de sua necessidade de expansão. Ele aperfeiçoou tanto as instituições da democracia ateniense quanto definiu e organizou a sua missão imperial. Ninguém em tal lugar já levou mais a sério a doutrina de que todos os cidadãos eram igualmente capacitados para o serviço público, assim como não houve imperialista mais ardente do que ele (lembramos que Ferguson escreveu em 1913). *Ele representava a glória da democracia e do imperialismo* (Idem, p. 28).

A qualidade da obra de Ferguson e as duas guerras mundiais acabariam por eclipsar a discussão sobre o imperialismo na Grécia Antiga durante algumas décadas. Somente no pós-Segunda Guerra ela iria ser retomada e, desta vez, com vigor, graças a uma historiadora francesa que iria redirecionar todo o debate. Fazemos referência aqui a Jacqueline de Romilly, que em 1947 publicou sua obra *Thucydide et l'impérialisme athénien*, defendendo a tese de que o foco central da obra de Tucídides – *História* – era o imperialismo ateniense, e situando-o no contexto do pensamento das relações internacionais.

O verdadeiro objetivo de Tucídides com seu livro é analisar o império ateniense, porque a real causa da Guerra do Peloponeso foi o imperialismo ateniense, que alarmou Esparta; é o fundo de todo evento relatado; os discursos são sempre pró ou contra o império; os personagens principais são imperialistas ou anti-imperialistas; os dois fatores que Péricles identifica como sendo os que levarão à vitória – a frota e o tesouro – são os mesmos que asseguram o império. (ROMILLY, 1961, p. 9)<sup>7</sup>

Romilly argumenta que os motivos e as oportunidades atribuíveis à anarquia da ordem internacional são as causas da expansão imperial, reflexo necessário das diferenças de poder entre Estados fortes e fracos. O controle imperial não é nada mais do que o resultado das disparidades do poder internacional. O sistema internacional, baseado na anarquia, só permite duas opções: dominar ou ser dominado. Assim, a dominação imperial é, provavelmente, a mais pura expressão do sistema internacional. Sem contar que traria inúmeras vantagens para Atenas: paz e unidade interna; liberdade política; governo democrático; e independência em relação à Pérsia e a qualquer outra pólis (ROMILLY, 1961, p. 95).

Em artigo de 1953, chamado *Athenian Imperialism*, D. B. Gregor faz uma análise crítica da obra de Romilly para desenvolver dois pontos que lhe são pertinentes. Primeiro, Gregor crê que Tucídides era a favor do império, porém na condição de que ele fosse corretamente administrado. Isso quer dizer que ele necessitava de um líder equilibrado à sua frente, daí sua admiração por Péricles. Ele o defende e à sua estratégia demonstrando que os problemas só vieram após sua morte. Não foi o imperialismo, mas sua degeneração, que causou o desastre da derrota. Seus sucessores foram incompetentes ou desonestos: Cleon era muito imprudente, Nícias muito tímido, Alcebíades muito egoísta (GREGOR, 1953, p. 28)<sup>8</sup>. Como Tucídides justifica o imperialismo?

(1) Implicitamente na Oração Fúnebre há uma visão esplendorosa da Atenas Imperial;

Em suma, digo que nossa cidade, em seu conjunto, é a escola de toda a Hélade (TUCÍDIDES, II. 41)

(2) uma defesa mais realista é dada no primeiro discurso dos atenienses em Esparta, obviamente intencionado: o império é razoável, pois é um serviço que Atenas presta à Grécia, voluntário, moderado e necessário;

Seja como for, se outros conquistassem o nosso poder, logo se veria, por comparação, o quanto somos moderados. Esta moderação, todavia, por uma aberração tem sido para nós mais um motivo de censura que de elogios (Ibidem, I. 76)

(3) Péricles argumenta que não há mais como voltar atrás;

É muito tarde para abrires mão deste império (...) Na realidade, este império é como a tirania, cuja imposição é injusta, mas cujo abandono é perigoso (Ibidem, II. 63)

(4) os atenienses são descritos como um povo que tem amor pela ação, pelo poder e pela glória;

Eles são ousados muito além de suas forças, aventureiros muito além de sua capacidade de reflexão, confiantes em face dos perigos (Ibidem, I. 70)

(5) se os atenienses perderem seu império, eles perderão também sua liberdade e se tornarão escravos de seus inimigos;

Não vos é lícito, tampouco, pensar que estais simplesmente diante da escolha entre escravidão e liberdade; também está em jogo a perda do império, com os perigos do ódio inerente ao mando (...) Não condiz com uma cidade imperial, mas somente com uma cidade submissa, buscar a segurança na escravidão (Ibidem, II. 63)

Os trabalhos subsequentes iriam convergir na definição da política externa ateniense como resultante do imperialismo de Atenas, porém o que se entende por imperialismo ateniense? Russell Meiggs, em artigo de 1963, afirma que *o imperialismo começa em 449 a. C* (MEIGGS, 1963, p. 33)<sup>9</sup>, pois *em 446 a. C. a Liga do Delos já havia se transformado no “império” de Atenas* (Ibidem, p. 21). Em 449 a. C., 175 póleis tiveram que pagar tributo a Atenas. Durante o primeiro período de contagem de cobrança, entre 454 a. C. e 450 a. C., o número de póleis era menor. Em 454 foram 150; em 453 foram 135; em 452 foram 158; em 451 foram 145 e em 450 foram 155 (Ibidem, p. 29).

Em 1973, Moses Finley limitou-se a dizer, em seu texto *Democracia Antiga e Moderna*, que *o sistema plenamente democrático da segunda metade do século V a.C. não teria sido criado se não houvesse existido o império ateniense* (FINLEY, 1973, p. 101). Não foi além disso, porque temia perder-se no labirinto em que outros já haviam se perdido. No ano seguinte, Christopher Bruell com seu artigo *Thucydides’ View of Athenian Imperialism*, preocupado apenas em listar e comentar as passagens principais da obra do historiador grego onde podem ser encontradas referências para encontrarmos a visão de Tucídides.

Nos anos 1980, dois pesquisadores tentaram “concluir” o debate - como se isso fosse possível -: Timothy Galpin (*The Democratic Roots of Athenian Imperialism*, de 1983) e Steven Forde (*Thucydides on the Causes of Athenian Imperialism*, de 1986).

Galpin busca as raízes democráticas do imperialismo ateniense. Para tal, argumenta que, embora todos os valores primários da democracia ateniense (*isegoria*, *isonomia*, *koinonia*) impliquem em liberdade política e igualdade perante a lei, os atenienses voluntariamente adquiriram um império em que os assuntos enfrentados são tanto a liberdade política limitada quanto desigualdade perante a lei (GALPIN, 1983, p. 99)<sup>10</sup>. Havia, naturalmente, alguma controvérsia na arena política ateniense sobre as políticas imperialistas, e até mesmo sobre a própria democracia, mas parece ter havido um forte consenso de apoio de ambos. Apesar desta aparente contradição entre império e democracia, o sistema ético ateniense não se opõe ao domínio sobre os outros; mas sim, a democracia “radical” de Atenas requer um imperialismo necessário para o cumprimento ideológico e a expansão do poder político ateniense. De fato, para os atenienses, o preceito imperial de governar os outros realmente decorre dos princípios da liberdade e da qualidade de quem comanda (Ibidem, p. 100).

Portanto, para os atenienses, o preceito imperial de governar os outros realmente deriva dos valores democráticos de igualdade, liberdade e identidade de comunidade. De acordo com o sistema ético ateniense, Atenas era uma democracia imperial por direito e poder. As implicações são: *isegoria*, *isonomia* e *koinonia*, dentro de uma democracia podem ser capazes de provocar o povo, coletivamente, a agir como um tirano (Ibidem, p. 109)

Talvez mais relevante para a relação entre os valores democráticos e o imperialismo ateniense foi a percepção de que o império era necessário para a manutenção da democracia. A realização progressiva das instituições democráticas foi simultânea com o desenvolvimento de um amplo sistema de distribuição de fundos públicos. O ponto aqui é, naturalmente, que o sistema ateniense de pagamentos públicos não poderiam ter sido implementados sem os recursos imperiais. Em geral, a maioria do *demos* foi capaz de conciliar o imperialismo com os valores democráticos.

Steven Forde aponta, todavia, para outra direção. Sua visão é de que o autor da *História* pretendia uma interpretação mais universalista em relação à natureza do ser humano.

A investigação de Tucídides do imperialismo ateniense é em parte uma investigação sobre o imperialismo como algo baseado em compulsões

humanas universais, e desta feita não pode ser condenado por si só. É reconhecido geralmente que para Tucídides o imperialismo está conectado ao sentimento político ateniense, mas poucos enxergam que Tucídides fundamentou esse sentimento como sendo do próprio ser humano (FORDE, 1986, p. 433)<sup>11</sup>

Esta visão é apontada por Tucídides no discurso dos atenienses que estavam na Lacedemônia à época da decisão da ida ou não à guerra pelos magistrados lacedemônios.

E merecem elogios aqueles que, cedendo ao impulso da natureza humana para governar os outros, foram mais justos do que poderiam ter sido considerando-se a sua força (TUCÍDIDES, I. 76)

Imperialismo é considerado uma injustiça, porém é o reflexo de uma compulsão humana universal – a compulsão pelo poder (FORDE, p. 438). Ou melhor, pela honra, temor e interesse, como nas palavras dos próprios atenienses, segundo o relato de Tucídides:

Nada há de extraordinário, portanto, ou de incompatível com a natureza humana no que fizemos, apenas por havermos aceito um império quando ele nos foi oferecido, e então, cedendo aos motivos mais fortes – honra, temos e interesse – não abrimos mão dele. Tampouco somos os primeiros a assumir este papel; sempre foi uma norma firmemente estabelecida que os mais fracos fossem governados pelos mais fortes (TUCÍDIDES, I. 76)

A declaração ateniense soa, não como uma ameaça, mas como um lembrete aos lacedemônios: vocês também estiveram na posição de *hegemon* das cidade helênicas e têm também um “império” sobre o Peloponeso.

Na realidade não o conquistamos pela força [o império ateniense], mas somente por vos [os lacedemônios] haverdes recusado a continuar a opor-vos às forças bárbaras remanescentes, e os aliados terem vindo a nós e espontaneamente nos instarem a assumir a hegemonia (Ibidem, I.75)

Em todo caso, lacedemônios, no exercício da hegemonia sobre as cidades do Peloponeso vós determinais a sua política com vistas à vossa própria vantagem, e se na guerra persa tivesses mantido até o fim a hegemonia e vos houvésseis tornado impopulares no seu exercício, como aconteceu conosco, certamente seríeis não menos odiosos aos aliados do que somos, e teríeis sido compelidos a exercer o império energeticamente ou a correr o risco de perder a hegemonia (Ibidem, I. 76)

A questão do imperialismo ateniense em Tucídides forma uma parte crucial de sua investigação mais ampla sobre as relações entre as *poleis*. O fenômeno do imperialismo está intrinsecamente ligado ao problema da justiça nos assuntos entre as cidades-Estado. A sujeição de uma cidade-Estado mais fraca a uma cidade-Estado mais



forte não é algo condenável, pois tal condenação seria da ordem da moral e não da análise da dinâmica da política *inter-poleis*.

Interessante observar que, na mesma década, em 1988, o teórico das relações internacionais Robert Gilpin utilizou Tucídides para fundamentar sua “Theory of Hegemonic War”. Para Gilpin, *Tucídides foi o primeiro a descobrir que a dinâmica da política internacional é determinada pelos diferentes graus de poder entre os Estados* (GILPIN, 1988, p. 591)<sup>12</sup>. Essa ideia fundamental – de que as relações internacionais são estabelecidas conforme as disparidades de força – segundo Gilpin, pode ser conhecida como a “teoria da guerra hegemônica”. Essa guerra ocorre no momento em que a hierarquia que havia sido estabelecida no sistema internacional se rompe.

Assim, o Estado que ocupa a liderança do sistema precisa disputar com uma nova força sua posição. Gilpin concorda com Forde e também acredita que Tucídides tinha uma visão da natureza do ser humano que seria, no fundo, a responsável pelos conflitos. Escravo das paixões, seu desejo é sempre alcançar o poder sobre outros homens (Ibidem, p. 594). Esparta é o Estado hegemônico que está sendo desafiada por Atenas, a nova hegemonia. A Guerra do Peloponeso é o exemplo que melhor representa essa “teoria da guerra hegemônica”, e para Gilpin era isso que Tucídides tinha em mente quando escreveu sua *História* (Ibidem, p. 595).

Se a Liga de Delos era o “império” de Atenas, a Liga do Peloponeso era o “império” dos lacedemônios, onde estes, além da liderança (*hegemonia*) também exerciam seu poder (*arkhé*). Essa disputa hegemônica entre as duas principais forças da Hélade predispunham ambas a exercitarem cada vez mais rigidamente seu poder sobre seus próprios aliados. Esse modelo, por ser universal, também serve como explicativo para outros conflitos que ocorreriam muitos séculos depois, como a Guerra Civil Americana, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Fria (Ibidem, p. 599). A cizânia ideológica entre democracia e oligarquia era um reflexo da luta pela expansão da *arkhé*.

Um novo conceito, que havia sido esquecido ou deixado de lado, aparecera: hegemonia. Tucídides falara em *hegemonia*, mas a discussão sempre girara em torno do *império*. Estava na hora de alguém sistematizar o debate, ou ele se perderia para sempre. John Wickersham, então, em 1994, publica *Hegemony and Greek historians*. Wickersham começa afirmando que *hegemonia é liderança em uma aliança* (WICKERSHAM, 1994, p. 31)<sup>13</sup>. Dois exemplos nos interessam; a liderança espartana

na Liga do Peloponeso e a liderança ateniense na Liga de Delos. A mais importante característica no estudo feito por Tucídides sobre hegemonia é sua comparação e seu contraste com o termo *arkhé* [“poder”, porém usualmente traduzido como “império”].

*Arkhé* seria um novo fenômeno desenvolvido por Atenas para além da hegemonia, por uma razão de prudência. É melhor ter um império do que ser um hegemon, porque o hegemon não tem suficiente controle sobre a conduta de seus aliados; já um *arkhé* detém um sistema muito mais eficiente. *A hegemonia é um estágio no caminho do império* (Ibidem, p. 43). Para o autor, a relação entre hegemonia e império na obra de Tucídides é mais interessante e complicada devido à tênue linha que separa um do outro. A Atenas imperial representa uma hegemonia perfeita tanto quanto a Atenas hegemônica parece um império. Diferenças e semelhanças estão cobertas.

Para Tucídides, o tema “império” é mais importante do que “hegemonia”. O tema “império” precisa de um tratamento mais completo e complexo porque era novo, no contexto grego, e o crescimento imperial ateniense foi o responsável pela guerra (Ibidem, p. 78)

Wickersham escreve que quando Péricles contrastou o império com a hegemonia, achou a hegemonia bem inferior. A hegemonia é um tanto acidental, um fortuito sinal de primazia, mas o império é um real sinal de virtude. Sua memória será carregada para sempre. *Péricles é um entusiasta da arkhé* (Ibidem, p. 70). Atenas não aceitou a hegemonia como forma de assegurar sua segurança ou a de seus aliados, mas visando ser a cidade-Estado “número um” da Grécia. *A conclusão é que o imperialismo ateniense é o resultado das mesmas qualidades que justificaram e causaram a hegemonia* (Ibidem, p. 48).

Fica claro que o debate não se findou com a publicação de tal obra, mas sem sombra de dúvida os novos tempos amainaram o ardor da discussão e outros autores perceberam que poderiam lançar mão do termo, embora com certa cautela.

Pierre Vidal-Naquet fez isso, em seu *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia: o grande desvio*, de 2002:

O que em contrapartida não é um fantasma é esse laço fundamental entre a democracia e o imperialismo, que foi percebido tanto pelos partidários quanto pelos adversários da democracia. Ele é duplamente fundamental: a democracia foi o que permitiu a Atenas transbordar para fora de Atenas. A energia de 30 mil cidadãos que podem ser mobilizados para a frota é maior do que a energia de 9 mil hoplitas, mobilizáveis para o combate em terra. Mas fundamental também num outro sentido: o bem-estar do *demos* ateniense e as suas obras dependem, numa parte não calculável, mas nem um pouco desprezível, dos recursos fornecidos graças ao controle que Atenas

exerce sobre as ilhas e as cidades de seu domínio marítimo. Não foram os Estados Unidos a primeira *República Imperial* (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 180).

Para finalizarmos o nosso apanhado da produção bibliográfica, faremos um rápido comentário sobre esses dois artigos, para podermos entrar numa análise mais profunda de nosso tema.

Em *Thucydides the Constructivist*, Lebow escreve que o livro de Tucídides abrange um período muito interessante onde hegemonia e império tinham laços profusamente permeados, no que costumava ser um sistema de estados independentes. *Hegemonia estava associada com honra, enquanto o império significava controle puro* (LEBOW, 2001b, p. 550).

Já em *Thucydides and hegemony: Athens and the United States*, Lebow complementa suas ideias apresentadas anteriormente, argumentando que a hegemonia requer uma justificação (ideológica, política, militar, econômica ou cultural) que seja aceitável por parte daqueles que a apóiam. Aliados do Estado hegemônico devem ver a hegemonia como uma forma deles atingirem seus interesses no cenário internacional também. Difere da *arkhé* porque esta significa controle direto, transformando o aliado em subordinado. Para Lebow, todavia, todos os *hegemons* se sucumbem, cedo ou tarde, ao imperialismo. A obra de Tucídides versa, na opinião do autor, justamente sobre isso – como a hegemonia ateniense transformou-se em império (LEBOW, 2001a, p. 596)<sup>14</sup>.

Apenas uma geração antes da guerra contra os persas, em 480 a. C., Atenas não era uma potência na região. Esparta interferira nos assuntos atenienses quatro vezes em dez anos e, em 499 a.C., os atenienses foram capazes de enviar apenas vinte navios para ajudar seus irmãos jônios em revolta contra o poderoso Império Persa. A verdadeira virada na fortuna militar ateniense ocorreu com as vitórias navais em Salamina e Mícale. Depois delas, Esparta deixou de ser a condutora incontestada da Hélade. Em 478 a. C., a divisão de opiniões em Esparta sobre a conveniência de continuar a guerra contra a Pérsia levou algumas ilhas e cidade gregas mais poderosas da costa oeste da Ásia Menor a solicitar que Atenas assumisse a liderança (DOYLE, 1986, p. 55).

Atenas não hesitou, mas, ao invés de simplesmente assumir a direção da liga existente (conhecida pelos estudiosos modernos como Liga Helênica), criou outra inteiramente nova, que hoje costuma ser chamada de Liga do Delos (sua sede de encontros era a ilha de Delos). No inverno de 477 a. C., representantes dos estados

gregos reuniram-se na ilha sagrada de Delos, no centro do mar Egeu, para prestar os juramentos de aliança. Juraram ter os mesmos amigos e inimigos, ou seja, concluíram uma aliança ofensiva e defensiva; jogaram pedaços de ferro no mar e juraram não se retirar da aliança antes que eles voltassem à superfície. Em outras palavras, a aliança deveria ser eterna (Ibidem, p. 55)

Formalmente, todos os aliados tinham o mesmo status, mas, na verdade, desde o início, a predominância de Atenas ficou clara. Em primeiro lugar, nem todos os aliados juraram aliança entre si, mas cada um jurou individualmente ter os mesmos amigos e inimigos de Atenas, e esta retribuiu os juramentos reconhecendo-se como hegemom. As metas da aliança eram três: libertar o Egeu dos restos do controle imperial persa, assolar as terras do Grande Rei da Pérsia em represália pelos danos que os anos de invasão de Xerxes infligira à Grécia e garantir segurança permanente para os gregos contra qualquer nova tentativa persa de reconquistar seu controle. Dada a geografia da região, a aliança seria inevitavelmente naval, ao contrário da Liga do Peloponeso, baseada na terra, na qual Esparta era hegemom (Ibidem, p 56).

Como a guerra naval era incomparavelmente mais cara que a guerra de infantaria, os aliados da Liga do Delos teriam de pagar mais para cobrir os custos de sua aliança, contribuindo com navios ou fazendo o pagamento em dinheiro. A posição dominante de Atenas ficou ainda mais clara nesse estágio. Era ela quem decidia quais cidades aliadas deveriam contribuir com navios, quais com dinheiro, e o valor da quota paga por cada um. Era Atenas quem fornecia os chefes supremos da aliança, os comandantes dos navios e os tesoureiros da Liga (Ibidem, p. 56)

No início, não houve nenhuma queixa pública contra o predomínio ateniense na aliança. O tributo em navios ou dinheiro, aparentemente, não era visto como indevidamente oneroso e, como a contribuição dos atenienses em navios era de longe maior do que a de qualquer outro aliado, além do fato de terem alcançado um alto prestígio por terem derrotado o inimigo persa, considerava-se que sua liderança era justa. Quinze anos depois, porém, as ilhas de Naxos e Tasos, cidades que contribuíram com muitos navios, desejavam se afastar da Liga do Delos. Os conflitos com Atenas cresceram rapidamente no final da década de 450 a.C., e no início da seguinte (JONES, 1997, p. 239)

Atenas, por sua vez, enrijeceu seu controle sobre a aliança. Os congressos da Liga deixaram de ser realizados, o tesouro que ficava em Delos foi deslocado para Atenas em 454 a.C. e os aliados, como Naxos e Tasos foram forçados a permanecer na aliança e severamente punidos por aquilo que os atenienses viam, de modo estritamente correto, como uma revolta. Por volta do início da Guerra do Peloponeso, Atenas estava tão impopular que a maioria dos gregos queria que Esparta vencesse. Entretanto, quando a guerra começou, a própria Esparta acreditava em uma vitória ateniense (Ibidem, p. 239)

A maioria dos estudiosos anteriormente citados descreve a mudança do poder de Atenas em termos de transformação da Liga do Delos em império (*arkhé*) ateniense. Essa interpretação tem fundamento. Por exemplo, por volta de 450 a.C. os atenienses começaram a referir-se aos aliados como sendo “as cidades que os atenienses governam” (LOW, 2005, p. 94)<sup>15</sup>. Mais ou menos na mesma época, pela primeira vez ouviu-se falar em intervenção ateniense nas constituições das cidades aliadas e em instalação de guarnições e governadores atenienses. Não menos importante foi a decisão ateniense de apropriar-se de terras dos aliados para assentamentos de atenienses e nelas fundar cidades que podiam também servir como guarnições militares informais (Ibidem, p. 95)

No entanto, falar de uma transformação da Liga do Delos em um império ateniense por volta de meados do século V é esquecer-se de uma questão fundamental apresentada acima na narrativa da fundação da aliança. Desde o início, Atenas foi inquestionavelmente o hegemônio, parceira dominante e, como os valores competitivos dos gregos estavam profundamente arraigados tanto nas relações entre as cidades quanto em tudo que se referia à vida deles, o predomínio no poder tendia a ser traduzido em uma relação de domínio de governo. As primeiras ofensivas da Liga foram mais benéficas para Atenas do que para a aliança como um todo e fixaram o padrão para o futuro. *Na época em que Naxos tentou separar-se, em 470 a.C., com razão a Liga já era, na realidade, o império ateniense* (JONES, 1997, p. 240)

E o povo ateniense, será que apoiava plenamente tudo isso? Os atenienses ricos podiam não ter muita simpatia pela democracia “radical”, mas até os oligarcas devem ter-se aquecido com o reflexo da glória do poderio ateniense e não faziam objeções ao imperialismo como tal. Além disso, eram eles que preenchiam muitos dos mais altos

cargos do império e havia muitos a serem ocupados. Parece-nos também que, sob a proteção do império, os atenienses ricos puderam ficar ainda mais ricos, adquirindo terras nos territórios dominados. Sem contar que os tributos e outras fontes de renda imperiais aliviavam a carga de impostos sobre os ricos de Atenas e isso pode ter ajudado alguns deles a, de alguma forma, aceitar a democracia (MOSSÉ, 2006, p. 174)

Os verdadeiros beneficiários do império, contudo, eram os atenienses pobres, graças à marinha ateniense, em cujos navios tinham um grande papel como remeiros. O crescimento do império implicava um aumento dos empregos, não só na frota, mas também nas docas, na fabricação de armas e outras necessidades e nas obras públicas. Alguns atenienses beneficiaram-se igualmente das terras que receberam no exterior, como proprietários ou como colonos. A diferença é que os proprietários conservavam sua cidadania ateniense (Ibidem, p. 174)

À vista de seus benefícios econômicos, não é de estranhar que, até o último homem, todos os atenienses aprovavam o império. Para os aliados, porém, era uma bênção que continha elementos negativos ou uma franca maldição sob o ponto de vista político. É bem provável que os aliados pobres, tal como se sugere acima, tenham recebido bem o império por suas vantagens econômicas. Mas eles também tinham benefícios políticos. A democracia era o governo da maioria, e a maioria era pobre. Atenas, sendo uma democracia, tinha naturalmente interesse em promovê-la no seio do império, quando mais não fosse, pela razão prática de que um aliado democrático provavelmente seria mais leal que um aliado oligárquico (Ibidem, p. 174)

Por outro lado, não devemos supor que, por princípio, Atenas fizesse um esforço deliberado para criar a democracia em toda a aliança, posto que isso teria apenas alienado ainda mais os ricos que tradicionalmente formavam a classe governante dos Estados oligárquicos e pagavam tributo. Em vez disso, Atenas tolerava a oligarquia, pelo menos nos maiores Estados aliados, tais como Mileto e Samos, a menos que surgisse um conflito civil na cidade aliada ou ela tentasse se retirar da aliança. Então, Atenas intervinha ao lado dos democratas e da democracia. Contudo, em um mundo ideal, até mesmo um Estado democrático teria preferido estar sujeito a Atenas. Tratava-se de comparar a perda da liberdade política, tão cara aos gregos, com a alternativa ainda menos desejável de um controle persa ou oligárquico. Talvez nem mesmo o mais ardoroso imperialista ateniense negasse que o império infringia pelo menos um dos

princípios cardeais da soberania política: a autonomia. Mas ele teria alegado que essa infração era necessária para fazer da aliança um instrumento eficaz contra a Pérsia (JONES, 1997, p. 245)

Um exemplo final das manobras políticas do imperialismo ilustra, ao mesmo tempo, a mentalidade imperialista de Atenas e os limites de seu poder imperial. Entre 450 e 446 a.C., Atenas baixou o chamado “Decreto da Cunhagem”, que procurava impor às cidades do império o uso de moedas, pesos e medidas atenienses, com exclusão de todos os outros. O decreto, que sobreviveu apenas em fragmentos e cópias espalhados por toda a área de domínio ateniense, não tem nenhum significado econômico óbvio para Atenas. Assim, o verdadeiro significado é político: Atenas procurava diminuir ainda mais a soberania de seus aliados retirando-lhes o direito de cunhar moedas com a marca de suas cidades (Ibidem, p. 247)

A explosão do conflito que levaria à derrocada o império ateniense aconteceu em quando se considerou, mais uma vez, que Atenas estava imiscuindo-se em assuntos que não eram da sua conta, desta vez para particular irritação de Corinto. A ilha de Cócira, ao noroeste da Grécia, embora colônia de Corinto, estava em uma disputa com sua metrópole, que se acirrou até tornar-se guerra aberta em 435 a.C.. Dois anos depois, Cócira buscou uma aliança defensiva com Atenas e, para a fúria de Corinto, os atenienses aceitaram. No inverno de 433 a.C., Atenas e Corinto entraram em choque por causa de outra cidade, Potidéia, que ficava na Calcídica, no norte da Grécia, que era ao mesmo tempo colônia de Corinto e membro tributário da Liga do Delos (TUCÍDIDES, I. 24-30)

Corinto instou os demais membros da Liga do Peloponeso a unirem-se a ela em um protesto contra Atenas diante dos espartanos. Egina e Mégara acrescentaram suas próprias queixas às de Corinto. Para que servia a Liga do Peloponeso, se Esparta não estava disposta a defender os interesses dos seus membros? Com Esparta sempre pronta para a guerra, seus aliados ficaram ansiosos por unirem-se a ela para dominar Atenas (Ibidem, I. 31)

No caso espartano, o problema com Atenas, mais do que os incidentes e disputas que levaram ao confronto, foi a falta de solução para a sensação de insegurança espartana em relação ao crescimento do poderio ateniense. Primeiro, a criação da Liga do Delos em substituição da Liga Helênica, então comandada por Pausânias, rei de

Esparta. Segundo, e o fato mais relevante, a construção das muralhas do Pireu. O responsável por tal ideia foi Temístocles, líder ateniense da resistência contra a Pérsia. Ele convenceu seus conterrâneos, após a vitória sobre os persas, a reconstruírem o muro que defendia a cidade. Esparta protestou, propondo que todas às *póleis* que todas as fortificações fossem destruídas como um gesto de boa vontade entre os gregos. Este apelo não teve efeito, e o muro transformou-se num claro símbolo do poder de Atenas (Ibidem, I. 90)

A guerra, no fundo, foi conseqüência do estabelecimento da hegemonia ateniense no Egeu, assumindo rapidamente a aparência de um confronto ideológico entre os democratas partidários de Atenas e os oligarcas partidários de Esparta. O homem que lideraria Atenas nesse conflito, Péricles – sucessor de Temístocles, tornando-se famoso graças às suas acusações contra ele – cuja intransigência em relação à Esparta contribuiu para desencadear a guerra, concebera uma estratégia que teve pouca eficácia, para não dizermos “desastrosa”. Os atenienses deveriam abandonar suas terras e adotar uma vida “naval”, confiando nas muralhas do Pireu e nas ofensivas da marinha ateniense contra a Liga do Peloponeso. Nenhuma das duas funcionou. Primeiro, porque a concentração de milhares de pessoas só serviu para espalhar uma epidemia, logo no primeiro ano de guerra, que ceifaria a vida de numerosos combatentes e de Péricles, o líder. Segundo, lembremos que uma guerra marítima é muita mais cara do que uma terrestre. Se não houvesse uma vitória rápida por parte de Atenas, o tesouro da Liga do Delos não poderia financiá-la indefinidamente (MOSSÉ, 2006, p. 226)

A última tentativa de vislumbrar algum resultado favorável foi em 415 a.C.. O cessar-fogo acordado entre Atenas e Esparta fora rompido a pedido de Segesta, contra Siracusa, membro da Liga do Peloponeso. Alcibíades, sucessor de Péricles, convenceu a Assembléia de que uma expedição viraria a sorte dos atenienses na guerra e quebraria o moral dos inimigos. A expedição, preparada com grande gastos, foi um fracasso total. Alcibíades, que estava sendo indiciado por sacrilégio ao deus Hermes, fugiu. O apoio esperado dos aliados de Atenas não apareceu; quem apareceu foi a ajuda espartana aos siracusanos, engrossando a resistência. Os adversários da democracia e de Atenas, então, perceberam que aquele era o momento perfeito para derrotá-la de uma vez por todas. Não é de surpreender, pois, que os persas decidiram enviar apoio material e



humano para a Liga do Peloponeso. Finalmente, as tropas do general Lisandro entraram em Atenas em 404 a.C. e colocaram abaixo as muralhas do Pireu (XENOFONTE, II.2)

Em seu trabalho *Dicionário da Civilização Grega*, de 2006, a historiadora Claude Mossé, no verbete *imperialismo*, resume bem nossa posição aqui apresentada:

A Liga de Delos, aliança em princípio militar, dava a Atenas uma autoridade quase absoluta sobre suas aliadas, já que a maior parte delas contentava-se em pagar tributo e não participava efetivamente da defesa comum. Daí a evolução que em menos de meio século iria transformar a hegemonia ateniense livremente consentida em *arkhé*, em uma dominação intolerável. É a essa dominação que chamamos de imperialismo (MOSSÉ, 2006, p. 175)

A Guerra do Peloponeso e o desmoronamento do império romperiam esse consenso que uniu democracia e imperialismo. O império assegurava à cidade uma posição estratégica da maior importância em um mundo grego tomado de guerras constantes. Admite-se inclusive que era o corolário indispensável ao bom funcionamento da democracia, já que era ele que assegurava aos pobres o salário de remador e o equilíbrio social para a manutenção da ordem. Servia também aos ricos, logicamente. As riquezas obtidas cobriam parte das despesas públicas que, tradicionalmente, pesavam mais sobre as classes mais abastadas.

Dessa forma, não parece difícil formular conclusões sobre o tipo de imperialismo gerado e exercido por Atenas. Não temos dúvidas de que a Liga de Delos se tornou o “império” na qual Atenas exerceu seu poder (*arkhé*), seu controle imperial, porém largamente por meios informais. Seus aliados eram independentes legalmente, politicamente soberanos, geralmente, inclusive, governados por assembleias democráticas. Atenas, não obstante, determinava suas relações externas e observava rigidamente sua política interna. Ela que decidiu toda a estratégia da Liga de Delos contra a Liga do Peloponeso durante a guerra. Afinal, a Liga era seu império informal.

Esse imperialismo informal era sustentado por dois pilares: poderio militar e popularidade política. Atenas tinha o poder de intervir militarmente em qualquer *pólis* aliada quando necessário, graças ao alto grau de desenvolvimento de sua marinha; bem como era capaz de acabar interferindo nos assuntos políticos de qualquer cidade-Estado adversária através, unicamente, de seu exemplo: era um regime democrático que alarmava as oligarquias peloponésias. Seu império informal foi, afinal, reflexo daquilo que ela representava e que melhor soube produzir: admiradores seus em toda a Hélade.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROLL, Martin. "Toward a General Theory of Imperialism". *Journal of Anthropological Research*, Vol. 36, No. 2 (Summer, 1980), pp. 174-195
- BEEVAN, E. R.; WALKER, E. M. "Greek Imperialism". *The Classical Review*, Vol. 24, No. 4 (Jun., 1910), pp. 105-116
- BRUELL, Christopher. "Thucydides' View of Athenian Imperialism". *The American Political Science Review*, Vol. 68, No. 1 (Mar., 1974), pp. 11-17.
- DOYLE, Michael. *Empires*. New York; Cornell University Press, 1986.
- FERGUSON, William Scott. *Greek Imperialism*, Kitchener, Ont.: Batoche, 2001.
- FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.
- FORDE, Steven. "Thucydides on the Causes of Athenian Imperialism". *The American Political Science Review*, Vol. 80, No. 2 (Jun., 1986), pp. 433-448.
- GALPIN, Timothy. "The Democratic Roots of Athenian Imperialism". *The Classical Journal*, Vol. 79, No. 2 (Dec., 1983 - Jan., 1984), pp. 100-109
- GREGOR, D.B. "Athenian Imperialism". *Greece & Rome*, Vol. 22, No. 64 (Feb., 1953), pp. 27-32
- JONES, Peter. *O Mundo de Atenas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LEBOW, Richard Ned. "Thucydides and Hegemony: Athens and the United States". *Review of International Studies*, Vol. 27, No. 4 (Oct., 2001), pp. 593-609
- \_\_\_\_\_. "Thucydides the Constructivist". *The American Political Science Review*, Vol. 95, No. 3 (Sep., 2001), pp. 547-560
- LOW, Polly. "Looking for the Language of the Athenian Imperialism". *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 125, (2005), pp. 93-111.
- MEIGGS, Russell. "The Growth and the Crisis of the Athenian Imperialism". *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 63, (1963), pp. 1-36
- MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Péricles: O Inventor da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- ROMILLY, Jacqueline de. *Thucydide et l'impérialisme athénien: La pensée de l'historien et la genèse de l'œuvre*, Paris: Les Belles Lettres, 1961.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2001

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Gregos, os Historiadores, a Democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WICKERSHAM, John Moore. *Hegemony and Greek historians*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1994.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Termo grego para “aliança” (MOSSÉ, 2008, p. 94)

<sup>2</sup> Termo grego para “aliados” (Ibidem, p. 94)

<sup>3</sup> Termo grego para “poder” (Ibidem, p. 247)

<sup>4</sup> - tradução livre

<sup>5</sup> - tradução livre

<sup>6</sup> - tradução livre

<sup>7</sup> - tradução livre

<sup>8</sup> - tradução livre

<sup>9</sup> - tradução livre

<sup>10</sup> - tradução livre

<sup>11</sup> - tradução livre

<sup>12</sup> - tradução livre

<sup>13</sup> - tradução livre

<sup>14</sup> - tradução livre

<sup>15</sup> - tradução livre